

Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: de programa em programa

Roberto Catelli Jr

Como citar: CATELLI, J. R. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: de programa em programa. *In:* MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p.
DOI:<https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p91-109>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DE PROGRAMA EM PROGRAMA

Roberto Catelli Jr.

INTRODUÇÃO

Os programas de alfabetização no Brasil já possuem uma longa história, mas também carregam a marca do insucesso. Apesar disso, governos ditos de esquerda, direita, centro, democráticos e ditatoriais continuam a adotá-los, discursando em favor dos direitos, da redução da pobreza e do desenvolvimento econômico. Vamos aqui retomar parte da história desses programas e analisar criticamente o sentido de sua permanência. A pergunta que se coloca é por que esses programas quase sempre anunciam metas que não se cumprem e o analfabetismo persiste no país, em níveis considerados inadmissíveis, se forem levadas em conta as condições econômicas efetivas do país para reverter tal quadro.

DE PROGRAMA EM PROGRAMA

Podemos fazer referência a programas de alfabetização desde os anos 1940. Maria Clara Di Pierro, Cláudia Lemos Vóvio e Eliane Ribeiro Andrade, no artigo “Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática”, fazem referência ao surgimento das primeiras campanhas, ao afirmar:

No início do período republicano, a alfabetização e a instrução elementar do povo ocuparam lugar de destaque nos discursos de políticos e intelectuais, que qualificavam o analfabetismo como *vergonha nacional*

e creditavam à alfabetização o poder da elevação moral e intelectual do país e de regeneração da massa dos pobres brancos e negros libertos, a iluminação do povo e o disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas. Pouco, porém, foi realizado nesse período no sentido de desencadear ações educativas que se estendessem a uma ampla faixa da população. Devido às escassas oportunidades de acesso à escolarização na infância ou na vida adulta, até 1950 mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida política, pois o voto lhe era vedado. As primeiras políticas públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos foram implementadas a partir de 1947, quando se estruturou o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e teve início a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Assistiram-se no período a duas outras campanhas que obtiveram poucos resultados efetivos: a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958. (DIPIERRO; VÓVIO; RIBEIRO, 2008, p. 24).

Nos anos 1960, ocorreram a ampliação e a disseminação de programas de alfabetização, alavancados por movimentos de educação e cultura popular, que adotariam, vários deles, o método desenvolvido por Paulo Freire. Dentre esses, estavam o Movimento de Educação de Base (MEB), liderado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), e os Centros Populares de Cultura (CPC), organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Um marco dessa educação popular e do método Paulo Freire foi a experiência de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, quando, em 1963, Paulo Freire conseguiu alfabetizar 300 adultos em 45 dias.

Com o golpe militar de 1964, várias lideranças políticas relacionadas à educação popular foram perseguidas pelo governo ditatorial, acusadas de promover a revolução social e a subversão, uma vez que uma das motivações do golpe, com o apoio dos Estados Unidos, era combater o avanço do comunismo no contexto da Guerra Fria. O próprio Paulo Freire permaneceu preso por 72 dias, em 1964, sendo depois exilado no Chile. Em 1969, lecionou nos Estados Unidos, indo depois para a Suíça. Retornou para o Brasil somente em 1980.

Nesse novo contexto, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1970. Ele tinha como propósito erradicar o analfabetismo no país em poucos anos, fazendo com que o Brasil

ingressasse definitivamente na condição de país moderno e desenvolvido, nos anos 1980. Julgava-se que a erradicação do analfabetismo era uma das condições para a qualificação de trabalhadores em um contexto de desenvolvimento econômico. No ano de lançamento do Mobral, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou a seguinte matéria:

Salientando que a meta é alfabetizar pelo menos 4,3 milhões de adultos, [o Presidente Emílio Garrastazu Médici] acrescentou que, se isso for conseguido, devemos chegar a 1980 com índices de analfabetismo que não mais nos caracterizam como nação subdesenvolvida. Na execução dessa tarefa, disse o Sr. Simonsen, o Movimento não pretende inovar em matéria de alfabetização de adultos, mas apenas dar novas dimensões aos esforços existentes. (MEDICI..., 1970, p. 6).

Vanilda Paiva, em sua obra *História da educação popular no Brasil*, assim contextualiza a criação do Mobral:

O Mobral foi montado como uma peça importante na estratégia de fortalecimento do regime, que buscou ampliar suas bases sociais de legitimidade junto às classes populares, num momento que ela se mostrava abalada junto às classes médias. Pelo seu caráter ostensivo de campanha de massa, o Mobral deve ser visto como um dos “programas de impacto” do governo Médici. Organizado a partir de uma logística militar, de maneira a chegar a quase todos os municípios do país, ele deveria atestar às classes populares o interesse do governo pela educação do povo, devendo contribuir não apenas para o fortalecimento eleitoral do partido governista mas também para neutralizar eventual apoio da população aos movimentos de contestação do regime, armados ou não.

[...] O “desacerto técnico” que caracterizou a estratégia e as opções globais feitas pelo Mobral foi possível graças ao regime autoritário, que passou por cima do consenso existente nos meios educacionais contra tal tipo de programa e impediu a sua discussão pública. Esse “desacerto técnico” era, porém, a condição para aquilo que os representantes do regime viam como um “acerto político”, ou seja, para a utilização de um programa de educação de massa como instrumento para tentar atingir suas metas de ampliação das bases de legitimidade e de reforço da segurança interna do regime. (PAIVA, 2003, p. 337-338).

A análise de Vanilda Paiva explicita o dimensionamento político e estratégico do programa, no contexto de grande domínio e violência di-

tatorial, após a promulgação do Ato Institucional n.5, em 13 de dezembro de 1968.

O fracasso do programa se evidencia em 1980, quando o Censo Demográfico registrou que 25,41% dos brasileiros ainda eram analfabetos. Em 1970, 33,6% da população adulta com 15 anos ou mais era analfabeta, aproximadamente 18,1 milhões de pessoas. Em 1980, ainda que o índice se tenha reduzido, o número absoluto de analfabetos até aumentou, chegando a 18,3 milhões. A redução do índice se explica mais pelo acesso de crianças e jovens ao ensino fundamental, no período, do que pela existência do programa. Em 1970, 24% dos jovens de 15 a 19 anos eram analfabetos, enquanto, em 1980, essa taxa se reduziu para 16,47%. O Gráfico 1 mostra que quanto maior a idade da população, maior a taxa de analfabetismo, ou seja, as pessoas adultas que eram, na sua maioria, analfabetas até 1960, continuavam analfabetas.

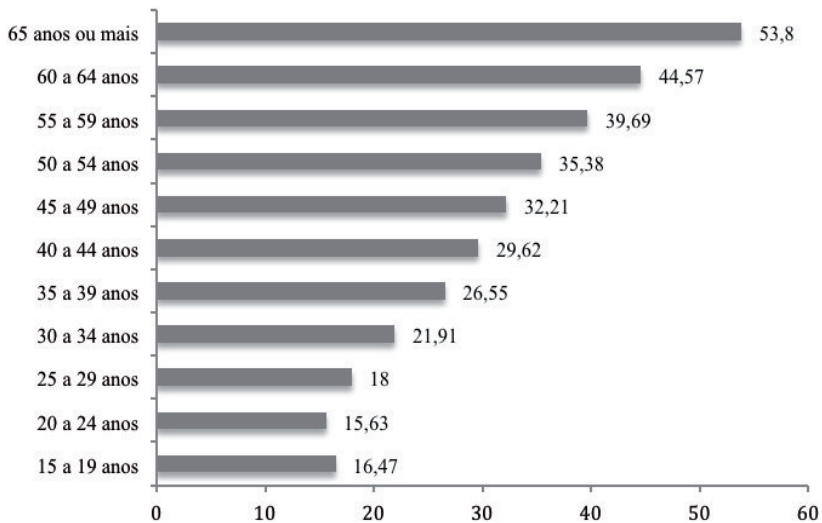


Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil por faixa etária - 1980.

Fonte: IBGE (1980).

O Mobral foi extinto em 1985, pelo então presidente José Sarney, já no contexto de redemocratização do país. Nesse período, conforme explicam Di Pierro, Vóvio e Ribeiro (2008, p. 29),

[...] um movimento subterrâneo de rearticulação da sociedade civil e resistência ao regime militar organizou-se fora do controle governa-

mental. Comunidades eclesiais de base, associações de moradores, organizações de trabalhadores urbanos e rurais e outros agrupamentos orientados por valores de justiça e equidade, e engajados na reconstrução da democracia, desenvolveram ações educativas que incluíam a alfabetização de jovens e adultos. As práticas educativas desses agentes se inscreveram na corrente que ficou conhecida como educação popular, filiada às concepções freireanas. A riqueza do legado construído nessa época influenciou, na transição para a democracia, tanto a ampliação de direitos sociais e políticos como o desenho de programas de alfabetização desenvolvidos em parceria entre governos e organismos civis.

Em 1988, promulgada a nova Constituição do Brasil, a qual incluía o direito de voto dos analfabetos, colocava-se em foco novamente o tema do direito à educação como um dos direitos fundamentais do cidadão. O tema não seria motivo de debates apenas no plano nacional, mas foi fomentado por reuniões internacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia, em 1990, por iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O documento final da Conferência denunciava a existência de 960 milhões analfabetos absolutos ou funcionais no mundo. O documento propunha:

As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas, e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas. Os programas de alfabetização são indispensáveis, dado que saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o fundamento de outras habilidades vitais. A alfabetização na língua materna fortalece a identidade e a herança cultural. (UNESCO, 1990, p. 5).

Em 1991, a taxa de analfabetismo recuou para 20,1%, no Brasil. Em 1997, um novo programa para combater o analfabetismo foi lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, mas sob a liderança da primeira-dama, Ruth Cardoso. Trata-se do programa Alfabetização Solidária, que, conforme publicação do jornal *Folha de S. Paulo*, por ocasião do lançamento do programa, também tinha como objetivo reduzir o número de analfabetos.

Paulo Renato afirmou ontem que o país já está trabalhando para reduzir o número de analfabetos. Sua expectativa é que nos próximos anos a taxa de analfabetismo caia para menos de 10%. (AL..., 1997, p. 8).

O programa Alfabetização Solidária surgiu a partir de um programa mais amplo, denominado Comunidade Solidária, que pretendia, com a participação de voluntários e parcerias com empresas, implementar ações que seriam gerenciadas pelo Estado, mas realizadas por terceiros. Tratava-se de fortalecer o que se denominava de “atividades públicas não estatais”, sendo as organizações sociais envolvidas reconhecidas como de “utilidade pública”. Era uma forma particular de privatização de muitas tarefas executadas tradicionalmente pelo Estado, em um contexto de implementação de reformas neoliberais.

O programa Alfabetização Solidária teve como foco os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e maior número de analfabetos. Havia uma confusa definição do programa, que se considerava como uma iniciativa não governamental, mas tinha a primeira-dama à frente e recebia recursos públicos para sua manutenção. Para Gladys Barreyro (2010, p. 182),

[...] essa “dialética” entre o governamental e o não governamental deu ao Programa uma margem importante de gestão, pois por uma parte, embora se postulasse como “não governamental”, tinha o peso da Primeira Dama o legitimando e, aliás, de uma Primeira Dama nada tradicional, com uma trajetória de professora universitária que favorecia a participação das Instituições de Educação Superior. O peso governamental também influía na aceitação do Programa pelos municípios – que deviam colaborar provendo salas de aula, cadeiras, preparando merenda – pois, alguns deles, principalmente no Nordeste, não tinham interesse em alfabetizar a mão-de-obra, por exemplo, das usinas da região. De outra parte, a independência do governo permitia ensaiar algumas estratégias tais como terceirização da implementação pelas Instituições de Educação Superior, emprego temporário, definição do tempo necessário para a alfabetização, utilização de professores leigos, pagamento com bolsas, entre outras.

Os professores que atuavam no programa eram leigos, na sua maioria jovens, que teriam sua experiência de primeiro emprego. Rece-

biam formação inicial e atuavam por apenas seis meses, não gerando vínculo empregatício. Também não poderiam continuar a exercer essa função, após o primeiro período de atividade, ou seja, os educadores eram sempre iniciantes, sendo desprezada a experiência acumulada por outros educadores. Eram pagas bolsas de baixo valor, entre R\$ 120,00 e R\$ 200,00, muito abaixo do que recebiam professores das redes públicas. Além dos recursos públicos, o programa era financiado por empresários e pessoas físicas, que faziam doações com base na campanha “Adote um analfabeto”.

Ainda de acordo com Barreyro (2010, p. 188),

[...] esse Programa priorizou critérios de menor custo, empregabilidade temporária e filantropia. Também induziu subjetividades, diferentes daqueles que definem os analfabetos como sujeitos de direito. Assim, recuperou o discurso assistencialista da ajuda e a tutela por meio da adoção de adultos, definiu os seus alunos como atendidos e banalizou a figura do alfabetizador.

O novo programa, assim como o Mobral, não conseguiu cumprir o seu propósito, ainda que, no Censo Demográfico de 2000, a taxa de analfabetismo fosse reduzida para 13,6%. Mais uma vez, ocorreu uma redução expressiva do analfabetismo entre os mais jovens, que foram incluídos no ensino fundamental nos anos anteriores. Conforme avança a idade, vai-se tornando cada vez menor a redução do número de analfabetos entre os anos 1991 e 2000. Deve-se lembrar que essa foi a década em que se investiu fortemente na universalização do acesso às crianças ao ensino fundamental.

Conforme indica o Gráfico 2, abaixo, a queda do analfabetismo se dá no mesmo passo entre 1980 e 2000, mantendo-se a menor taxa de analfabetismo entre os mais jovens, que permanece em forte ritmo de queda. Em 2000, a taxa de analfabetismo entre os mais jovens caiu de 12,05% para 5%, ou seja, é 141% menor que em 1991. Já entre a população de 65 anos ou mais, a taxa de analfabetismo caiu de 47,8% para 38%, com uma redução relativa de 25,9%, como se pode observar no Gráfico 2 e no Gráfico 3:

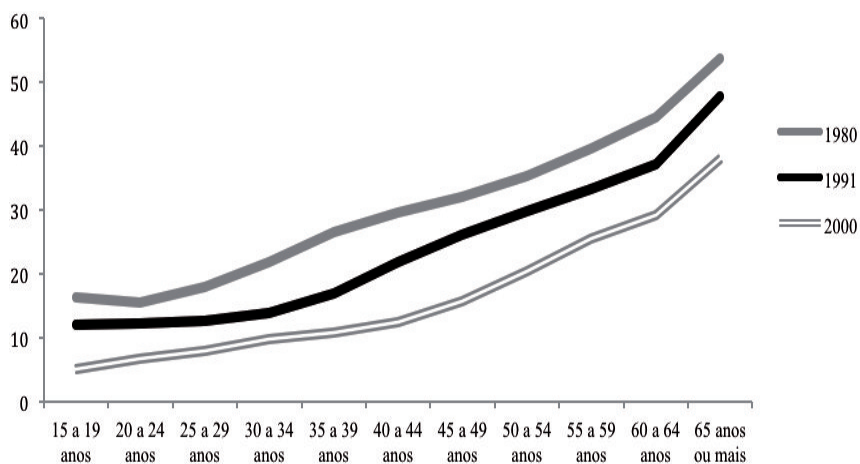


Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo no Brasil por faixa etária entre 1980 e 2000.

Fonte: IBGE (2000).

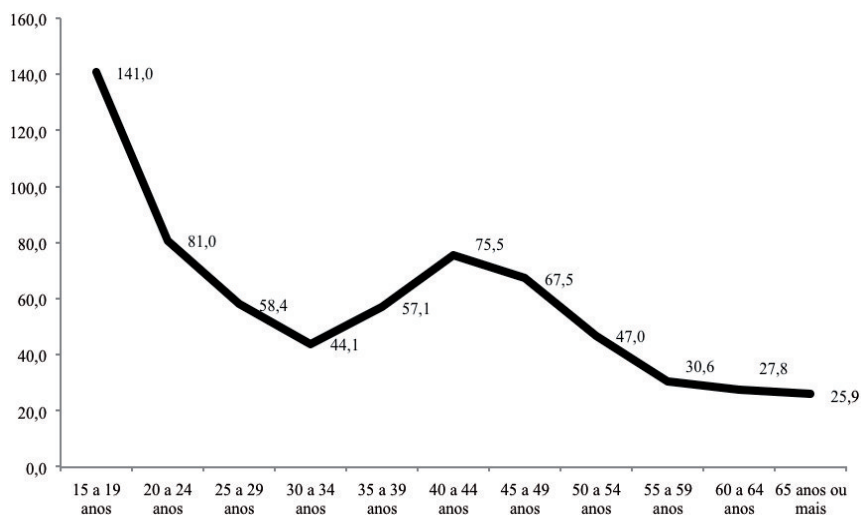


Gráfico 3 – Percentual de redução da taxa de analfabetismo por faixa etária entre 1991 e 2000.

Fonte: IBGE (2000).

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, nas eleições de 2002, um novo horizonte se anunciava para o ano de 2003, quando o Presidente Luís Inácio Lula da Silva lançou um amplo programa de combate à fome e à miséria no país. O investimento na erradicação do analfabetismo era uma das estratégias incluída na luta pela redução da miséria. Manchete do jornal *Folha de S. Paulo*, de setembro de 2003, destacava: “Governo lança plano para alfabetizar 20 milhões” (GOVERNO..., 2003, C2). A criação do Programa Brasil Alfabetizado previa inicialmente um movimento de mobilização de jovens e da sociedade civil para alfabetizar em pouco tempo a população analfabeta.

O Programa Brasil Alfabetizado, que já completou mais de 10 anos de existência, tem como finalidade criar oportunidades de alfabetização para jovens e adultos e contribuir para sua inserção na educação de jovens e adultos (EJA). Logo no seu início, pretendia ser um amplo movimento de mobilização da sociedade civil para a erradicação do analfabetismo, em um contexto marcado pela luta contra a miséria, em todas as suas dimensões.

O Programa Brasil Alfabetizado, diferentemente do que ocorreu com o Programa Alfabetização Solidária, conta somente com recursos do governo federal, caracterizando-se como um programa do governo. Entretanto, também se apoiava inicialmente na sociedade civil e na utilização de educadores leigos, para alavancar o programa. Foram concedidas bolsas aos educadores e coordenadores nos municípios, além de formação inicial para os educadores.

Em 2003, o programa teve início com o envolvimento de educadores populares, sendo que 188 entidades participaram das atividades, ampliando-se para 642, em 2005. Nesse período, o programa atendeu a 5,3 milhões de pessoas. Isso não quer dizer, contudo, que o analfabetismo se tenha reduzido na mesma proporção que o número de atendidos. Em 2003, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) constatou a existência de 14,8 milhões de analfabetos, no país. Em 2005, a PNAD registrou 14,6 milhões de analfabetos. Ou seja, tendo atendido 5,3 milhões de pessoas entre 2003 e 2005, o saldo positivo de alfabetizados ficou em apenas cerca de 200 mil pessoas.

Sergio Haddad e Mariangela Graciano indicavam algumas limitações do programa, já em 2004:

Os recursos destinados são insuficientes para atingir a meta anunciada. O Programa Brasil Alfabetizado, atendeu 1,92 milhão de jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolaridade formal, aplicando um total de R\$ 175 milhões, em 2003. Além dos programas produzidos com recursos do MEC, entidades, ONGs e a sociedade também realizaram projetos de alfabetização, totalizando 3,2 milhões de pessoas atendidas naquele ano. A meta para 2004 é atender 1,650 milhão de alfabetizando, com investimento de R\$ 168 milhões. (HADDAD; GRACIANO, 2004).

Além do baixo investimento, o que mais explicaria tal fracasso do programa, em seus primeiros anos? Relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União, em 2006, salienta que, com base em amostra pesquisada, conforme grande parte dos entrevistados, menos da metade dos inscritos concluíam o curso de alfabetização e, ainda, menos de 50% dos concluintes ingressam na EJA. Acontecia ainda que alunos continuassem no programa, mesmo depois de concluído o processo de alfabetização, por não encontrarem escola de jovens e adultos em sua localidade, ou para não perder o vínculo afetivo construído com o grupo e com o educador.

Para 31% dos entrevistados, a média de alunos cadastrados que consegue concluir o curso de alfabetização é menor que 50%, mostrando que há altos índices de desistência e evasão de alunos. Na estimativa de 49% dos entrevistados, a proporção de alunos concluintes do Programa Brasil Alfabetizado que ingressam na EJA é menor que 50%, situação que deve ser vista como insatisfatória, pois esse é um dos objetivos expressos do programa. (BRASIL, 2006, p. 25).

O êxito da expansão do Programa Brasil Alfabetizado consiste em contar com grupos da sociedade civil organizada, que se propõem montar as salas, ceder espaço e ministrar as aulas, sendo também agentes que atuam na localização e convite para os analfabetos se engajarem no programa. Além disso, são pagas bolsas de baixo valor aos profissionais, que não precisam ter formação específica em pedagogia ou especialização em alfabetização, para atuar como educador. Grande parte desses educadores é constituída por jovens que concluíram ou estão cursando o ensino mé-

dio e veem no programa uma oportunidade de emprego. As salas muitas vezes não são adequadas, faltando infraestrutura, como biblioteca e outros equipamentos presentes em uma escola. Muitas aulas ocorrem na casa do professor ou em ambientes pouco adequados para desenvolver o trabalho, faltando iluminação, mesas e cadeiras próprias. Às vezes, os educadores, para conseguirem montar as salas, recorrem a parentes e pessoas já alfabetizadas para compor o grupo, não sendo feita a busca efetiva dos analfabetos.

O relatório do Tribunal de Contas dá também importantes pistas sobre a desvinculação entre o Programa Brasil Alfabetizado e a educação de jovens e adultos:

Foi mencionado ainda, por 70% dos alfabetizadores entrevistados, que é comum a ocorrência de alunos refazendo classes, alguns já alfabetizados, que não conseguem oferta de continuidade em turmas de EJA e, para não perderem o contato com a leitura e a escrita, mantêm-se nas classes de alfabetização, frequentando-as como ouvintes. [...] Um risco para a efetividade do Programa Brasil Alfabetizado, verificado em alguns municípios visitados, é o fato dos gestores locais de educação encará-lo como uma campanha, ou seja, como um fim em si mesmo. Essa visão restrita acaba por desvincular o programa de uma política pública educacional mais ampla para esse segmento, que deve estar conectada com a continuidade dos estudos na EJA. Por consequência, repetem-se situações comuns em programas de alfabetização em massa, qual seja, retorno da pessoa à condição de analfabeto em curto espaço de tempo. (BRASIL, 2006, p. 27).

Documento produzido pela UNESCO/SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação), em 2006, indica também que uma das hipóteses para a lenta redução do número de analfabetos, apesar dos esforços do programa, é a

[...] baixa focalização sobre o seu público alvo (analfabetos absolutos). Apesar de parte significativa dos cursos dispor de razoável efetividade para desenvolver as habilidades cognitivas dos beneficiários, esses cursos – por razões distintas – não apresentam capacidade de atrair os analfabetos absolutos. A maior parte da clientela é formada por analfabetos funcionais; nesse sentido o impacto sobre a redução da taxa de analfabetismo absoluto é muito pequeno em relação ao número de pessoas matriculadas. (HENRIQUES; BARROS; AZEVEDO, 2006, p. 46).

Nesse documento, explicita-se, ainda, a baixa efetividade dos serviços de alfabetização.

A baixa efetividade deriva, entre outros, de combinações variadas dos seguintes fatores: método utilizado, tempo de duração do curso, insuficiência ou inadequação do material didático utilizado, baixa capacidade didática dos alfabetizadores ou baixa motivação dos alfabetizadores. (HENRIQUES; BARROS; AZEVEDO, 2006, p. 47).

Uma das consultoras contratadas pela SECADI/MEC, para percorrer as salas do Programa Brasil Alfabetizado e diagnosticar a maneira como a proposta se desenvolvia em várias localidades, utilizou suas experiências para elaborar sua tese de doutoramento. Ela constata, em suas visitas, que o uso político do Programa é um dos elementos que compromete sua qualidade.

A seleção de alfabetizadores definia as possibilidades de funcionamento das turmas. Estão implicadas várias questões: o valor da bolsa oferecida pelo MEC/SECAD, a jornada de trabalho de três turnos dos professores, a falta de escolarização dos candidatos, a distância percorrida até os locais de alfabetização, a cultura política de favorecimento e nepotismo. [...] Também os relatos apontavam para a contratação de parentes, “cabos eleitorais”, pessoas do mesmo grupo partidário do atual prefeito, todas sem qualquer condição de manter a sala de aula funcionando. Outro elemento identificado nas visitas técnicas foi a cultura de formação de salas com parentes. Quando o alfabetizador mobilizava sozinho os alunos, os primeiros a se inscreverem eram os pais, os tios, os avós, pessoas que apenas “davam o nome”, sem qualquer comprometimento com a frequência, apenas para ajudar um parente que precisava da bolsa de 200 reais para sobreviver. (FARIAS, 2009, p. 178-179).

Em síntese, após os primeiros anos de criação do programa, além dos resultados insatisfatórios, verificava-se que havia os seguintes problemas: um baixíssimo valor investido por aluno, quando comparado com qualquer aluno das redes públicas de ensino; processo de formação de turmas permeado por relações clientelistas; insuficiente formação dos educadores; insuficiência do trabalho de formação inicial e continuada dos educadores; baixos valores pagos aos educadores e coordenadores; insuficiente

controle do processo e de avaliação dos resultados; baixíssimo encaminhamento dos egressos do programa para a EJA.

Todos esses elementos colocaram em questão o alcance do Programa Brasil Alfabetizado, que foi reformulado, a partir de 2007, a fim de ganhar maior consistência, mas ainda não foram divulgados novos indicadores que comprovem sua efetividade após a implementação das novas regras. Uma das mudanças realizadas foi tornar os estados e municípios os principais responsáveis pela execução do programa, impedindo que organizações da sociedade civil recebessem recursos para a coordenação de turmas. No entanto, na prática, menos de um terço das turmas está vinculado diretamente às redes públicas de educação, pois, além de a oferta não ser atraente para professores das redes de ensino, o uso político do programa faz com que se opte por distribuir os recursos conforme as diretrizes políticas locais atreladas diretamente ao prefeito e outras forças políticas locais.

Outros ajustes são feitos ano a ano, para que o programa fique mais próximo de seu objetivo e consiga ter um controle mais efetivo do que ocorre nos cerca de 2 mil municípios atendidos por esse programa.

No total, são mais de 13 milhões de inscrições no programa, entre 2003 e 2010. Isso, entretanto, não significa que mais de 13 milhões de pessoas foram alfabetizadas.

Em 2010, passados sete anos da implementação do programa, conforme o Censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tínhamos no Brasil 9,6% da população analfabeta, ou seja, são aproximadamente 14 milhões de pessoas que se consideram incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, conforme a definição do próprio IBGE, ancorada em parâmetros internacionais. Em 2000, eram 16,2 milhões de analfabetos, ou seja, enquanto o Programa Brasil Alfabetizado atendeu a 13 milhões de pessoas, entre 1993 e 2000, de 1991 a 2000 registra-se apenas a redução de 1,8 milhões de analfabetos no país.

No Censo Demográfico de 2010, a taxa subiu para 19%, no Nordeste, e caiu para 5,1%, no Sul do país, havendo, portanto, muitas diferenças regionais. O estado com a maior taxa de analfabetismo era Alagoas, com 24,3% da população com 15 anos ou mais analfabeta. O menor índi-

ce de analfabetismo verificou-se no estado do Paraná (3,12%) e no Distrito Federal (3,47%).

No que se refere às faixas etárias, em 2010, tínhamos 26,5% dos analfabetos com mais de 60 anos e apenas 2,2% na faixa de 15 a 19 anos. Essa tendência se repete em todos os estados do país, sendo no Piauí, por exemplo, 55% dos analfabetos maiores de 60 anos. Além disso, mantivemos em 2010 a mesma tendência dos censos anteriores: a maior redução dos níveis de analfabetismo nas faixas etárias mais jovens e a manutenção de índices elevados de analfabetismo nas faixas etárias mais elevadas.

Uma última observação importante é que os analfabetos não estão presentes apenas nos rincões do país ou no campo. O Censo 2010 indica que somente na região metropolitana da cidade de São Paulo havia 584 mil analfabetos absolutos e que, na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, esse número era de 354 mil; na da cidade de Fortaleza, 272 mil; e na da cidade de Recife, 268 mil analfabetos. No total, são 3,4 milhões de analfabetos nas regiões metropolitanas brasileiras. Somente isso já nos permite traçar objetivos importantes, como investir e criar estratégias para alfabetizar pessoas jovens e adultos nos grandes centros urbanos, em contextos complexos, uma vez que, na sua maioria, são pessoas pobres e excluídas, com várias necessidades, além das educacionais.

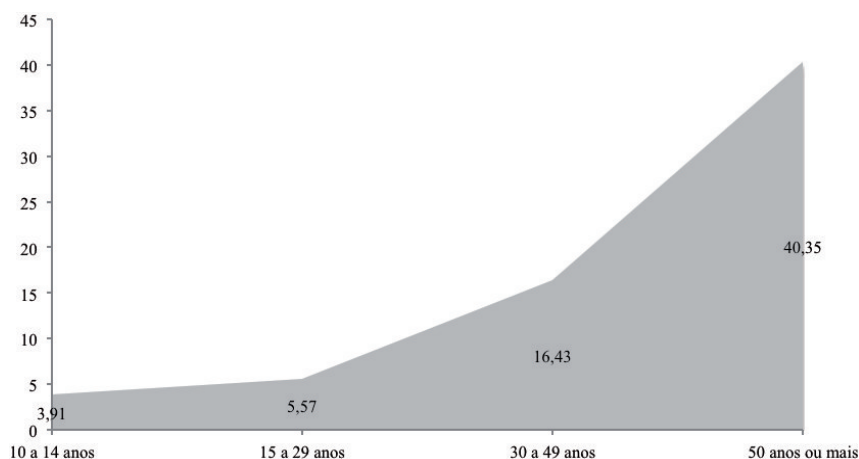


Gráfico 4 – Taxa de analfabetismo por faixa etária, 2010.

Fonte: IBGE (2010).

Isso não quer dizer, por sua vez, que o país tenha conseguido avançar tanto quanto poderia, se considerarmos que dos cerca de 25 milhões de analfabetos existentes em toda a América Latina, mais da metade deles, 14 milhões, estão no Brasil. Mais do que isso, na América Latina, o Brasil é o sétimo país com maior taxa de analfabetismo dentre os 27 países da América Latina e Caribe, em 2010. Fica atrás do Uruguai, com 1,7%; da Argentina, com 2,4%; do Chile, com 2,9%; do Paraguai, com 4,7%; e da Colômbia, com 7,6% (UNESCO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvida, portanto, que os programas fizeram muito menos do que prometeram, o que não seria de se estranhar, visto que sempre há um discurso político-eleitoral por trás do lançamento de cada programa. No entanto, deve-se considerar que eles ficaram muito longe de conseguir erradicar o analfabetismo ou reduzir significativamente os índices.

Observamos uma redução gradual do analfabetismo, entre 1970 e 2010, mas com uma crescente redução de ritmo. Contudo, no momento em que concludo este texto, em setembro de 2013, surge a informação da PNAD de que, pela primeira vez em 15 anos, ocorre uma reversão da tendência de queda do analfabetismo: em 2011, foi divulgada a redução do analfabetismo para 8,4% e, em 2012, a redução “cresceu” para 8,5%. Essa tendência de reversão aponta, mais uma vez, para a necessidade de reavaliar a existência de programas como o Brasil Alfabetizado, colocando, na pauta do dia, a demanda de transformar os programas, sempre marcados pela intencionalidade de obter ganhos políticos imediatos, em políticas de Estado mais consistentes, que tenham a preocupação de avaliar seus resultados para rever estratégias e não acordos ou propostas políticas relacionadas à estratégia de manutenção de um grupo no poder. Como se deu no Mobral, de modo mais imediato, o mais importante não era o acerto da estratégia de alfabetização, mas o impacto político do programa. Isso, em muitos casos, coloca a avaliação e a reflexão sobre os resultados de um programa em segundo plano, porque está em primeiro lugar o crédito político daquele momento.

Além disso, é mais do que evidente, no século XXI, que não basta alfabetizar, que é preciso avançar muito mais no processo de letramento de

jovens e adultos, para que estes sejam de fato cidadãos de direito, capazes de fazer uso efetivo da leitura e da escrita na vida social.

O processo de alfabetização ainda carece de maior institucionalização, articulando as redes de ensino para tornar possível a continuidade dos estudos, porque ainda são aproximadamente 65 milhões os brasileiros que não concluíram o ensino fundamental. Nessa política de Estado, é necessário rever também qual é a escola adequada para jovens e adultos, que, em muitos casos, recusam-se a voltar a uma escola que tem como espelho o formato proposto para crianças e jovens.

REFERÊNCIAS

AL quer reduzir analfabetismo para 11%. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1997. Caderno Educação, p. 8.

BARREYRO, G. B. O “Programa Alfabetização Solidária”: terceirização no contexto da reforma do Estado. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 38, p. 175-191, set./dez. 2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório de Monitoramento - Natureza Operacional: Programa Brasil Alfabetizado*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/3%20monitoramento%20da%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20solidaria.pdf>. Acesso em: 29 maio 2014.

DI PIERRO, M. C.; VÓVIO, C. L.; RIBEIRO, E. *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília, DF: UNESCO, 2008.

FARIAS, A. M. *Uma experiência de consultoria em educação de jovens e adultos no semiárido do Piauí: limites nas ações estratégicas do governo federal nas políticas públicas*. 2009. 229 f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FERRARO, A. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

GOVERNO lança plano para alfabetizar 20 milhões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 set. 2003. Caderno Cotidiano, p. C2.

HADDAD, S.; GRACIANO, M. A educação no Brasil na era Lula, um breve balanço. *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, São Paulo, n. 31, 2004. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio031.htm>>. Acesso em: 29 maio 2014.

HENRIQUES, R.; BARROS, R. P.; AZEVEDO, J. P. *Brasil alfabetizado: caminhos da avaliação*. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

MEDICI lança o Mobral para acabar com o analfabetismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 set. 1970. Primeiro Caderno, p. 6.

PAIVA, V. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtiem, 1990. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2012. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/2/48862/AnuarioEstadistico2012.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.